



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 2264-A/2015

O Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, define o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEED) para o período 2014-2020, designado por Portugal 2020, compreendendo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e respetivos programas operacionais e programas de desenvolvimento rural (PDR), bem como a estrutura orgânica relativa ao exercício, designadamente, das competências de apoio, monitorização, gestão, acompanhamento e avaliação, certificação, auditoria e controlo nos termos do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, e consigna, ainda, o regime de transição entre o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e o Portugal 2020.

Em aplicação do modelo de governação do Portugal 2020 assim instituído, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, procedeu à criação das estruturas de missão responsáveis para o exercício das funções das autoridades de gestão, estabelecendo o seu n.º 13 que os secretariados técnicos são designados por despacho do membro do Governo responsável pela área do desenvolvimento regional e do membro do Governo responsável pelas finanças, sob proposta da comissão diretiva do PO, e que fixa o número máximo de secretários técnicos.

Assim, nos termos do n.º 13 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, a Ministra de Estado e das Finanças e o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional determinam o seguinte:

1 — É fixado em 6 o número máximo de secretários técnicos para o secretariado técnico do Programa Operacional Regional do Norte.

2 — São designados como secretários técnicos do Programa Operacional Regional do Norte:

- José Carlos da Silva Gomes;
- Maria Manuela de Almeida de Sousa;
- Maria Raquel Gomes Mariares de Vasconcelos;
- António Manuel Sampaio Teixeira;
- Rosa Maria Guerreiro Rodrigues da Silva e Sousa Gómez Cortez;
- Maria do Rosário de Andrade Azevedo.

3 — As notas curriculares dos designados são publicadas em anexo ao presente despacho.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 6 de fevereiro de 2015.

26 de fevereiro de 2015. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Manuel Castro Almeida*.

ANEXO

Notas curriculares (síntese)

Nota curricular de José Carlos da Silva Gomes

1 — Dados pessoais:

Nome: José Carlos da Silva Gomes;
Data de nascimento: 12 de fevereiro de 1956.

2 — Habilitações académicas:

1975 — Bacharel em Contabilidade e Administração, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto;
2002 — Licenciatura em Auditoria Financeira, pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto;

2012 — Master in Public Administration, pela Universidade Católica Portuguesa.

3 — Experiência profissional:

Diretor administrativo, financeiro e consultor de diversas entidades públicas e privadas, de 1975 a 2004; Assessor do Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira, para os projetos especiais, de 2002 a 2004; Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de S. João da Madeira, de 2004 até 2010; Diretor Geral da Sanjotec — Associação Científica e Tecnológica, Parque de Ciência e Tecnologia de S. João da Madeira, de 2007 a 2015; Administrador das empresas Habitar S. João, Empresa Municipal de Habitação, EEM, de 2005 a 2014, e Águas de S. João, Empresa Municipal, S. A., de 2009 a 2015.

Nota curricular de Maria Manuela de Almeida de Sousa

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria Manuela de Almeida de Sousa;
Data de nascimento: 9 de julho de 1970.

2 — Habilitações académicas:

1994 — licenciatura em Direito pela Universidade Portucalense, Infante D. Henrique;
2011 — Curso Avançado em Gestão Pública — CAGEP — INA.

3 — Experiência profissional:

Pertence ao mapa de pessoal da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN); De 18 de novembro de 2008 até à presente data, no âmbito do QREN, exerce o cargo de chefe de projeto da Unidade de Apoio Jurídico, Contencioso e Auditorias do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, sendo responsável pela coordenação e acompanhamento da assessoria jurídica à Autoridade de Gestão e ao Secretariado Técnico e participação na elaboração e atualização da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do Programa Operacional Regional do Norte (DSGC);

1994-2008 — técnica superior jurista da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte onde exerceu funções relativas à emissão de pareceres jurídicos, designadamente para a presidência da CCDRN, serviços desconcentrados, associações de municípios, autarquias locais, designadamente no âmbito do procedimento administrativo, estatuto dos eleitos locais, regime jurídico de pessoal, órgãos administrativos, organização administrativa, contratação pública, finanças locais, cooperação europeia e legislação diversa. No âmbito do QCA III acompanhou os projetos cofinanciados pelos fundos comunitários FEDER, FSE e FEOGA bem como as ações de controlo comunitárias (Tribunal de Contas Europeu e DGREGIO), nacionais (Inspeção-Geral de Finanças, Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, Instituto Financeiro e Desenvolvimento Regional e Tribunal de Contas Português; a estabilização da metodologia de intensificação da verificação do cumprimento dos procedimentos dos mercados públicos no âmbito dos projetos cofinanciados pela Comunidade Europeia — plano de ação sobre contratação pública; os processos de impugnação administrativa e os processos judiciais em geral e em especial os de contencioso administrativo no âmbito do processo de recuperação de fundos por prática de irregularidades.

4 — Outra experiência profissional:

Formadora do CEFA nos XVI e XVII cursos — Polo de Mirandela — Direito e Procedimento Administrativo; Formadora em ações promovidas pela CCDRN no âmbito do regime jurídico da realização de despesas e de contratação pública; do regime jurídico dos eleitos locais; órgãos autárquicos e do Código do Procedimento Administrativo; Formadora do Curso de Formadores em Direito Administrativo — CCRN (Comissão de Coordenação da Região Norte) e IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional).

Nota curricular de Maria Raquel Gomes Mariares de Vasconcelos

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria Raquel Gomes Mariares de Vasconcelos;
Data de nascimento: 18 de julho de 1956.

2 — Habilitações académicas:

1981 — licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto; 1981 — pós-licenciatura em Gestão de Pequenas e Médias Empresas Industriais do IAPMEI.

3 — Experiência profissional:

Desde abril de 2008 até à presente data, secretária técnica do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013, no âmbito do QREN, responsável pelo apoio transversal — apoio jurídico, contencioso, auditorias e gestão financeira;

Em janeiro de 1987 assumiu funções de acompanhamento da intervenção do Fundo Estrutural de Desenvolvimento Regional — FEDER — ao nível do investimento em infraestruturas públicas das Autarquias Locais. Desde essa altura até ao momento atual, acompanhou todas as Intervenções Comunitárias cuja gestão descentralizada foi confiada à CCDRN, nomeadamente: Intervenção FEDER 1986-1989, desenvolvendo todas as funções técnicas e financeiras necessárias ao acompanhamento das operações; QCA I (1989-1993) — Neste primeiro período de programação, foi convidada para chefiar a Divisão de Coordenação de Investimentos Públicos e Fundos Estruturais, assumindo esta divisão uma especialização nas áreas financeira e de controlo; QCA II (1994-1999) e QCA III (2000-2006).

Foi responsável pela sua gestão financeira em acumulação com o lugar de Chefe da Divisão de Coordenação de Investimentos Públicos e, posteriormente, da chefia da Divisão de Acompanhamento e Avaliação, da CCDRN, respondendo, na área financeira, perante os gestores ou responsáveis de outras intervenções operacionais, quer integrantes dos QCA quer de Programas de Iniciativa Comunitária;

Desde 1981, pertence ao quadro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), tendo iniciado as suas funções na Divisão de Estatística e Estudos Básicos, tendo sido nomeada como representante da CCDRN no Grupo de Trabalho, constituído a nível nacional, para a construção do primeiro Sistema de Matrizes Input-Output Regionais Intersectoriais.

Nota curricular de António Manuel Sampaio Teixeira

1 — Dados pessoais:

Nome: António Manuel Sampaio Teixeira.
Data de nascimento: 13 de setembro de 1968.

2 — Habilitações académicas:

1995 — Licenciatura em Física, Ramo Científico (Especialização Física Experimental) pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

2001 — Mestrado em Gestão de Ciência, Tecnologia e Inovação pelo Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro.

3 — Experiência profissional:

Em 2000 criou uma empresa *startup* na área do comércio eletrónico para os mercados internacionais que lhe transmitiu experiência empresarial como gestor executivo.

Em 2001 foi selecionado pela Reitoria da Universidade do Porto (UP) para criar e coordenar o Gabinete de Apoio à Propriedade Intelectual. Foi responsável pela gestão da propriedade intelectual da Universidade do Porto e pela criação da estrutura UPIN — Universidade do Porto Inovação que passou a coordenar a atividade de transferência de tecnologia com a Reitoria desta Universidade.

Em 2003 exerceu as funções de Assessor da Administração Executiva da Agência de Inovação, S. A., onde assumiu a gestão de programas de incentivos à inovação e ao investimento para centenas de empresas de vários sectores, bem como outros incentivos para universidades e outras infraestruturas tecnológicas e científicas públicas. Apoiou a criação de mais de uma centena de núcleos de I&D nas empresas portuguesas.

No final de 2005 foi Diretor-Geral do Biocant — Centro de Inovação em Biotecnologia no primeiro parque de biotecnologia do país. Criou uma empresa de investimento Biocant Ventures onde exerceu funções de Administrador. Desempenhou funções durante um ano como Director of Operations na empresa inglesa 2Bio Ltd na área da consultoria em biotecnologia.

No final de 2008 exerceu funções de Secretário-Geral da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria onde geriu projetos intermunicipais e coordenou a gestão dos fundos comunitários subvencionados com a Área Metropolitana do Porto para esta região.

Em janeiro de 2010 foi nomeado Vogal da Comissão Executiva da Área Metropolitana do Porto tendo renunciado em outubro de 2010.

Desde outubro de 2010 desempenhou até à data as funções de Gestor Executivo da Inova-Ria-Associação de Empresas para uma Rede de Inovação em Aveiro.

Nota curricular de Rosa Maria Guerreiro Rodrigues da Silva e Sousa Gómez Cortez

1 — Dados pessoais:

Nome: Rosa Maria Guerreiro Rodrigues da Silva e Sousa Gómez Cortez;
Data de nascimento: 26 de janeiro de 1964.

2 — Habilitações académicas:

1989 — licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, na opção de Planeamento do Território;

1993 — curso de pós-graduação em Ordenamento do Território e Meio Ambiente pela Universidade Politécnica de Valência, Espanha;

1999 — mestrado em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

3 — Experiência profissional:

Desde abril de 2008 até este momento — secretária técnica do Programa Operacional Regional do Norte 2007-2013;

Desde 1990, pertence ao quadro privativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, onde assegurou as seguintes funções: Coordenadora do Gabinete de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território; Assessora da presidência da CCDR Norte nas questões do Ordenamento do Território e da Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro; Comunidade de Trabalho Norte de Portugal — Castilla y León, no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG III C; Secretariado Técnico do Programa de Iniciativa Comunitária INTERREG I;

Participação na equipa técnica dos Projetos de Urbanismo Comercial no âmbito do PROCOM, na Região do Norte;

Técnica da Direção Regional de Ordenamento do Território;
De agosto de 2002 a julho de 2004, diretora do Departamento de Paisagem Urbana da Empresa Municipal de Urbanismo de Vila Nova de Gaia (GAIURB, EM), em regime de comissão de serviço;

De junho de 1998 a julho de 2002, chefe da Divisão Municipal de Estudos Urbanísticos da Câmara Municipal do Porto, em regime de comissão de serviço.

4 — Outra experiência profissional:

2011 — curso de Gestão Avançada em Gestão Pública (CAGEP) — INA;

1992-1998 — docente do Instituto Superior de Ciências da Informação e da Empresa no Porto/Universidade Fernando Pessoa.

Nota curricular de Maria do Rosário de Andrade Azevedo

1 — Dados pessoais:

Nome: Maria do Rosário de Andrade Azevedo;
Data de nascimento: 17 de janeiro de 1966.

2 — Habilitações académicas:

1989 — licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa (Porto), com a classificação final de 16 valores;

1995 — frequência da parte escolar do curso de mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;

1999-2000 — curso de programa de direção de empresas promovido pela AESE — Escola Superior de Negócios;

2011 — curso avançado de Gestão Pública (CAGEP), promovido pelo IGAP.

3 — Experiência profissional:

Desde maio de 2008 até à presente data, exerce o cargo de secretária técnica no Programa Operacional Regional do Norte (ON.2) no domínio dos Eixos Prioritários I e II, com incidência nas temáticas da Competitividade, Inovação, Conhecimento, Valorização Económica de Recursos Específicos e Promoção e Capacitação Institucional;

De outubro de 2007 a abril de 2008 — chefe de projeto do Eixo Prioritário 3 do Programa Operacional Regional do Norte (QCA III);

Entre março de 2004 e setembro de 2007, exercício de advocacia como sócia em sociedade de advogados; Entre 2002-2003, assume a função de responsável pelo Departamento Jurídico (*head of legal*) do grupo EURONEXT;

Entre 2002-2003 — assistente estagiária do Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais, lecionando a disciplina de Direito Financeiro no curso de bacharelato e de pós-graduação em Gestão de Banca e Seguros; 1998-1999 — assume o cargo de membro do conselho de administração da INTERBOLSA — Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S. A.;

Entre 1992-2002 — secretária da mesa da assembleia geral da Euronext Lisbon;

Desde abril de 1992 até março de 2004 — diretora do Departamento Jurídico da Euronext Lisbon — Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A.;

De 15 de setembro de 1989 a março de 1992 — técnica do Departamento Jurídico da Bolsa de Valores do Porto.

4 — Outra experiência profissional:

1991 a 2003 — participação na elaboração dos diferentes projetos de diplomas associados às reformas legislativas operadas no mercado de valores mobiliários nacional e intervenção na implementação de projetos pioneiros em Portugal, com destaque para processos de internacionalização da bolsa nacional;

Processo de fusão/transformação das associações de bolsa em sociedade anónima; implementação e funcionamento dos serviços integrados de registo, compensação e liquidação de operações de empréstimo (*over-the-counter*); implementação e funcionamento dos serviços integrados de registo, compensação e liquidação de operações de reporte (*over-the-counter*); criação e funcionamento do mercado de derivados (futuros e opções) nacional; implementação da negociação de âmbito nacional.

1996 — coautora da edição do Instituto Mercado de Capitais (IMC) intitulada Código de Mercado de Valores Mobiliários e Legislação Complementar — Anotado e Comentado, 1.ª ed., 1996, e 2.ª ed., 1998;

Participação nos trabalhos relativos à regulamentação do mercado de capitais; integrou o quadro de formadores do IMC;

Formadora, em diversas ações de formação subordinadas à temática do mercado de valores mobiliários.

204878014

Despacho n.º 2264-B/2015

O Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, define o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI) para o período 2014-2020, designado por Portugal 2020, compreendendo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e respetivos programas operacionais e programas de desenvolvimento rural (PDR), bem como a estrutura orgânica relativa ao exercício, designadamente, das competências de apoio, monitorização, gestão, acompanhamento e avaliação, certificação, auditoria e controlo nos termos do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, e consigna, ainda, o regime de transição entre o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e o Portugal 2020.

Em aplicação do modelo de governação do Portugal 2020 assim instituído, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, procedeu à criação das estruturas de missão responsáveis para o exercício das funções das autoridades de gestão, estabelecendo o seu n.º 13 que os secretariados técnicos são designados por despacho por membro do governo responsável pela área do desenvolvimento regional e do membro do governo responsável pelas finanças, sob proposta da comissão diretiva do PO, e que fixa o número máximo de secretários técnicos.

Assim, nos termos do n.º 13 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 73-B/2014, de 16 de dezembro, a Ministra de Estado e das Finanças e o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional determinam o seguinte:

1. É fixado em 4 o número máximo de secretários técnicos para o secretariado técnico do Programa Operacional Regional do Algarve.

2. São designados como secretários técnicos do Programa Operacional Regional do Algarve:

a) A licenciada Ana Luísa Ramos Silva secretária técnica responsável pela Competitividade das Empresas e da Ciência;

b) A licenciada Josiane Guerreiro Martins Custódio secretária técnica responsável pelos Sistemas de Informação, Capacitação, Modernização Administrativa, Organização e Gestão Transversal;

c) A licenciada Maria Filomena Pinto Belchior Coelho secretária técnica responsável pelas Abordagens Integradas, Sustentabilidade Territorial e encerramento do PO Algarve 21;

d) A licenciada Maria José Dias Vaz secretária técnica responsável pelo Fundo Social Europeu (Emprego, Inclusão e Educação).

3. As notas curriculares dos designados são publicadas em anexo ao presente despacho.

4. O presente despacho produz efeitos a partir de 9 de março de 2015.

3 de março de 2015. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Manuel Castro Almeida*.

ANEXO

NOTAS CURRICULARES (SÍNTESE)

Nota curricular de Ana Luísa Ramos Silva

1 — Dados pessoais:

Nome: Ana Luísa Ramos Silva.

Data de nascimento: 30 de dezembro de 1973.

2 — Habilitações académicas:

Mestrado em Marketing, parte curricular, pela Faculdade de Economia da Universidade do Algarve (2004-2005)

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Algarve (1991-1995).

3 — Experiência profissional:

De setembro/2012 até ao presente — Secretária Técnica (Fatores de competitividade) do Programa Operacional do Algarve (PO Algarve 21) – CCDR Algarve, onde exerce funções no âmbito da avaliação de candidaturas e do acompanhamento das operações aprovadas no âmbito do Eixo 1 (privados) do PO, nomeadamente: investimentos relacionados com empreendedorismo qualificado, transferência de tecnologia, inovação, competitividade e internacionalização, bem como projetos de promoção da transferência de tecnologias das Universidades / Centros de I & D para as empresas. Acompanhamento de instrumentos financeiros para apoiar investimentos de I+D+i via capital de risco, empréstimos, bonificação de juros e garantias. Participação nos trabalhos de preparação do Programa Operacional Regional 2014 -2020.

De 2009 até setembro/2012 – Gestor de projetos no Secretariado Técnico Conjunto do POCTEP (Programa Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal) com funções de acompanhamento e avaliação de projetos e execução de tarefas técnicas e financeiras associadas à gestão do Programa.

2005 a 2009 — Técnica superior da CCDR Algarve com funções no âmbito do apoio económico-financeiro ao Subprograma Alentejo Algarve Andaluza (INTERREG IIIA) e acompanhamento técnico das ações de cooperação transfronteiriça no âmbito do Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças.

2002 a 2005 – Experiência na área da Grande Distribuição, Grupo Auchan Portugal, com funções de gestão financeira e comercial, coordenação de secções comerciais na área alimentar, gestão da conta de exploração (Cash Flow, Margem, Quebra, Vendas).

1997 a 2002 – Economista na Ambifaro, empresa municipal da Autarquia de Faro, onde desempenhou funções de coordenação da área de desenvolvimento económico: preparação e acompanhamento de candidaturas no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (QCA), organização/accompanhamento de cursos de formação profissional, realização de estudos de planeamento. No âmbito da cooperação europeia participou em diversas reuniões, seminários e grupos de trabalho, em representação da empresa municipal e da autarquia.

1995 a 1997 – Economista na Fundação da Juventude, Ninho de Empresas de Faro, onde desempenhou funções de acompanhamento a jovens empresários para constituição de empresas e instalação no Edifício Ninho de Empresas, organização de cursos de formação profissional e preparação de candidaturas ao FSE.

Nota curricular de Josiane Guerreiro Martins Custódio

1 — Dados pessoais:

Nome: Josiane Guerreiro Martins Custódio.

Data de nascimento: 15 de janeiro de 1973.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Economia pela Universidade do Algarve (1991-1995)

3 — Experiência profissional:

CCDR Algarve — Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Algarve.